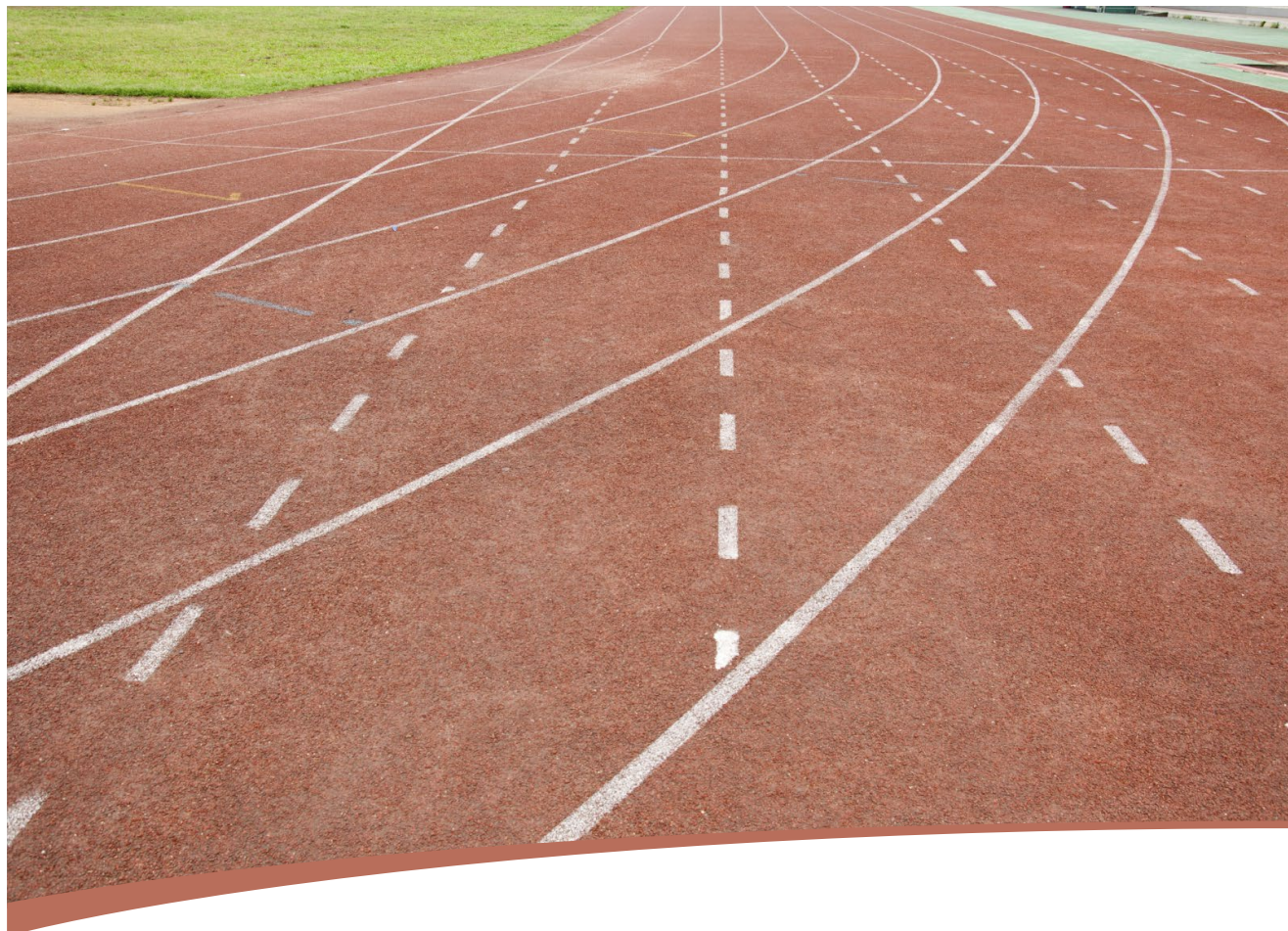


BRIDGES NETWORK

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 10, NÚMERO 5 - JULHO 2014



Crescimento na América do Sul: corrida com obstáculos?

COMPETITIVIDADE

A política brasileira em defesa comercial e desenvolvimento

PROTECIONISMO

Discricionariedade e protecionismo: a política comercial da Argentina na década kirchnerista

DESENVOLVIMENTO

A conta que fica para depois: as externalidades do renascer paraguaio



International Centre for Trade
and Sustainable Development

PONTES

VOLUME 10, NÚMERO 5 - JULHO 2014

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

ICTSD

International Centre for Trade and Sustainable Development
Genebra, Suíça

EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

EQUIPE EDITORIAL

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

Suzi Yumi Katsumata

CONSULTORA EDITORIAL

Michelle Ratton Sanchez Badin

DESIGN GRÁFICO

Flarvet

LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: pontes@ictsd.ch

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

COMPETITIVIDADE

4 **A política brasileira em defesa comercial e desenvolvimento**

Adriana Dantas, Milena da Fonseca Azevedo

COMPETITIVIDADE

8 **O papel do Estado na diversificação das exportações: o caso do Chile**

Dorotea López, Felipe Muñoz

PROTECCIONISMO

12 **Discrecionalidade e proteccionismo: a política comercial da Argentina na década kirchnerista**

Elías Baracat, J. Michael Finger, Raúl León Thorne, Julio J. Nogués

POLÍTICA COMERCIAL

16 **As consequências do governo Chávez para o comércio exterior venezuelano**

Adriana Boersner Herrera

DESENVOLVIMENTO

20 **A conta que fica para depois: as externalidades do renascer paraguaio**

Luiz Eduardo Rielli

25 **Informações úteis**

26 **Publicações**

Uma maratona repleta de percalços



Entre inúmeros benefícios, a redemocratização dos países da América Latina trouxe a possibilidade de um debate maduro entre projetos alternativos de desenvolvimento. É verdade que nem sempre essa novidade é aproveitada. Formalmente, porém, temos a capacidade de escolher os rumos a serem adotados pelo Estado, baseando nossas decisões nos argumentos apresentados pelos diversos grupos atuantes na arena política. Esse é o componente da democracia ligado ao debate de distintas visões de mundo, um dos principais motores do progresso econômico ao redor do planeta.

Outra parcela desse processo diz respeito à avaliação das consequências das políticas implementadas por uma determinada administração. De fato, sem informação não faria sentido reorganizar a competição entre ideias de tempos em tempos. Afastando-nos do maniqueísmo que coloca visões como a do “Estado infalível” ou do “fim do Estado”, é possível compreender quais são os efeitos – intencionais ou não – da ação estatal. Na prática, produzir tal conhecimento implica um distanciamento em relação à dependência na crença da clarividência de um líder. Exemplos são encontrados ao nosso redor: a América Latina oferece diversidade suficiente para iluminar o peso relativo de cada um desses componentes do jogo democrático.

Atento a essa realidade, este número do Pontes apresenta a você, prezado(a) leitor(a), textos que permitem uma reflexão sobre as consequências da ação estatal sobre a vida dos indivíduos. Por meio de estudos de caso de países da América do Sul, pretendemos demonstrar que, diante de desafios complexos, os governos implementam políticas que, não raramente, trazem uma série de consequências indesejadas. Obviamente, efeitos benéficos também são materializados, alguns dos quais distantes dos cenários projetados no âmbito das burocracias. A concepção do presente número, assim, parte da necessidade de oferecer uma fotografia menos distorcida das políticas comerciais em nosso continente.

Diante de tamanha complexidade, seria um erro concluir que o debate termina nas páginas a seguir. Pensando nisso, convidamos você, prezado(a) leitor(a) a assumir o protagonismo, interagindo conosco e com os outros integrantes da comunidade Pontes. Para tanto, tanto o [site do Pontes](#) quanto nosso [e-mail](#) oferecem a possibilidade de aprofundar a discussão e apresentar novos caminhos para o futuro. Queremos, ademais, receber críticas e sugestões sobre nosso novo site, resultado de um intenso esforço de adequação às necessidades de seus usuários.

Esperamos que aprecie a leitura.

A Equipe Pontes

COMPETITIVIDADE

A política brasileira em defesa comercial e desenvolvimento

Adriana Dantas, Milena da Fonseca Azevedo

A partir de uma análise sobre as políticas voltadas ao comércio internacional compreendidas no Plano Brasil Maior, as autoras identificam desafios com relação à eficácia de tais medidas para a competitividade e à adequação destas às regras da OMC.

Em agosto de 2011, o governo da presidente Dilma Rousseff lançou o Plano Brasil Maior¹ (PBM), política pública voltada ao desenvolvimento e à internacionalização da indústria brasileira por meio de medidas como: melhoria dos instrumentos financeiros e tributários de estímulo às exportações; revitalização dos mecanismos de defesa comercial e revisão de seus procedimentos, de forma a torná-los mais eficazes; estímulo à internacionalização de empresas nacionais; e atração de centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas estrangeiras para o país.

Essa política de indústria, tecnologia e comércio exterior surge em um momento conturbado da economia mundial, com o objetivo de impulsionar a competitividade da indústria brasileira. Nesse sentido, foram adotadas diversas medidas, grande parte das quais entre agosto de 2011 e abril de 2012.

Este artigo discute, sob a perspectiva jurídica, alguns dos instrumentos criados, considerando sua efetividade como instrumento de política comercial. Serão apreciadas: i) medidas voltadas ao aprimoramento do sistema de defesa comercial; ii) alterações no imposto de importação; e iii) ações que visam à competitividade do setor automotivo.

Políticas internas de defesa comercial

Com o PBM, o tema da defesa comercial entra, pela primeira vez, na discussão de política industrial, tecnológica e de comércio exterior no Brasil. As medidas adotadas visavam a conferir celeridade aos procedimentos e eficácia às medidas para maior proteção da indústria nacional.

Entre as medidas adotadas, destacam-se novos procedimentos e requisitos para a abertura de investigação de *dumping* (Portaria No. 46/2011 e Decreto No. 8.058/2013). A Portaria No. 46/2011 foi a primeira medida tomada no âmbito do PBM para fortalecer a defesa comercial no Brasil. Sob tal Portaria, foi registrado, em 2012, um número recorde de abertura de novas investigações (72), em contraposição às 25 iniciadas em 2011. Essas investigações resultaram na imposição de 14 direitos *antidumping*, 4 medidas de circunvenção e 1 compromisso de preço².

Ainda, em 2011, a Lei No. 12.545 criou 120 novos cargos para investigadores de defesa comercial. Esse passo foi importante para viabilizar a implementação das medidas que viriam no ano de 2013, com a publicação e entrada em vigor do Decreto No. 8.058. Este instrumento reduziu o prazo para condução de investigações de *dumping*; consolidou as práticas do Departamento de Defesa Comercial (DECOM); criou novos mecanismos de revisão (como a de escopo³); estabeleceu a obrigatoriedade de imposição dos direitos preliminares após 120 dias do início da investigação; e esclareceu critérios para a determinação de elementos importantes da investigação, como a definição de produto investigado.

O Decreto No. 8.058/2013 foi amparado por outras medidas, editadas pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), como procedimentos para regularização de representação (Portaria SECEX No. 38/2013), submissão de documentos (Portaria SECEX No. 34/2013), regulamentação do pedido de compromissos de preços (Portaria SECEX No. 36/2013)

Medidas antidumping
protocoladas em 2013:

39

Brasil

35

Índia

34

EUA

20

Austrália

19

Argentina

Fonte: OMC (2014)

e petições para avaliação de escopo (Portaria SECEX No. 37/2013). Em substituição à Portaria SECEX No. 46/2011, mencionada acima, foi publicada a Portaria No. 41/2013, que consolidou as informações necessárias para a abertura de novas investigações de *dumping*. Por fim, as Portarias SECEX No. 42 e 44 de 2013 estabeleceram critérios para a elaboração de petições de revisão de final de período e revisões anticircunvenção.

Assim, os últimos anos foram marcados por intensas mudanças no sistema de defesa comercial, todas autorizadas pelo mandato do PBM. Após quase um ano da edição de grande parte dessas medidas, já é possível notar mudanças nas práticas do DECOM. Em 2013, houve uma significativa redução no número de investigações, com 71 petições apresentadas, em contraposição às 117 e 69 registradas, respectivamente, em 2011 e 2012⁴. Destas, três investigações foram abertas já sob o novo Decreto antidumping, em 2013⁵. Em 2014, foram abertas três investigações de *dumping*⁶, sendo que, do total de investigações abertas em 2013 e 2014 sob o novo Decreto, já existem quatro determinações preliminares positivas⁷ e um indeferimento sem julgamento de mérito⁸.

Tais estatísticas mostram uma desaceleração da atividade na área de defesa comercial no Brasil em que pesem os esforços regulatórios empreendidos pelo governo. Do ponto de vista da indústria nacional, é excessivo o rigor dos critérios para abertura e apresentação de nova petição para investigação de *dumping*. Desse modo, o aumento na celeridade dos procedimentos e na transparência quanto aos demais critérios a serem considerados pelo DECOM, por si só, não constitui um fator capaz de estimular a maior proteção da indústria doméstica.

É certo que essas medidas impulsionaram a evolução do sistema de defesa comercial brasileiro. Contudo, tal iniciativa passa agora por um segundo momento: os mecanismos criados precisam ser reconhecidos pela indústria local como fonte viável e efetiva de defesa de seus interesses comerciais no Brasil. Para tanto, as autoridades devem incrementar o diálogo com a indústria não apenas para a difusão dos mecanismos existentes, mas também para viabilizar seu contínuo aprimoramento.

Nesse sentido, a SECEX iniciou consultas para a redação de decreto que disciplinará investigações de subsídios. O novo decreto promete consolidar as práticas do DECOM, reduzir os prazos e trazer mais segurança, assim como o Decreto No. 8.058/2013. Com isso, espera-se que as mudanças no campo da defesa comercial tornem o instrumento de medidas compensatórias mais acessível à indústria.

Mecanismos tarifários

Outro incentivo ao comércio internacional adotado pelo governo Dilma foi a revisão – para maior ou menor, dependendo do caso – das alíquotas dos impostos de importação aplicados sobre bens.

O Grupo Técnico sobre Alterações Temporárias da Tarifa Externa Comum (GTAT-TEC) do Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado para analisar, em caráter preliminar, os pleitos de redução tarifária, especificamente aqueles autorizados pela Lista de Exceção da TEC e pela Resolução do Grupo de Mercado Comum (GMC) No. 08/2008, que permite a redução ou o aumento tarifário em um quadro de desequilíbrios na oferta e demanda em qualquer dos Estados Partes do Mercosul⁹.

As alternativas para o aumento do imposto de importação foram bem acolhidas pelos diversos setores da indústria nacional e tornaram-se instrumentos populares, sobretudo em 2012 e 2013. Como exemplo, tem-se o processo de redução tarifária para imposto

os mecanismos criados precisam ser reconhecidos pela indústria local como fonte viável e efetiva de defesa de seus interesses comerciais no Brasil.

Algumas metas do Plano Brasil Maior:

- Ampliar o investimento fixo em % do PIB
- Aumentar a qualificação dos trabalhadores brasileiros
- Elevar % da indústria intensiva em conhecimento
- Diminuir o consumo de energia por unidade do PIB industrial
- Ampliar a diversificação das exportações brasileiras

Fonte: MDIC (2014)

de importação de bens de capital, informática e telecomunicações para 2%. Já foram aprovados 3.821 ex-tarifários para bens de capital e 136 para bens de telecomunicações¹⁰.

No entanto, as elevações tarifárias concedidas, no caso de insumos e bens transformados no Brasil, causaram aumentos de preços nas cadeias produtivas, com pressão sobre a inflação. Daí por que sua renovação foi comprometida, o que atestou a fragilidade jurídica do mecanismo e sua inabilidade para orientar investimentos no médio e longo prazo.

Esses mecanismos, porém, são temporários e precários sob a perspectiva da certeza jurídica necessária para, por exemplo, novos investimentos voltados à reestruturação do setor em questão. Ainda, estão sujeitos a pressões políticas tanto por ocasião da escolha do produto que será incorporado à lista como em sua manutenção durante a revisão da própria lista.

Regime automotivo

O atual governo considera o setor automotivo um dos mais importantes para o país¹¹. Tal importância justificou a inclusão do setor no PBM, que contempla ações voltadas ao fomento da referida indústria dentre os atos legais previstos.

Nesse contexto, o Programa INOVAR-AUTO suscitou críticas por parte dos parceiros comerciais brasileiros e é, atualmente, objeto de contencioso na Organização Mundial do Comércio (OMC) com base em questionamento apresentado pela União Europeia (UE).

O Programa inclui medidas relacionadas a eletrônicos, incentivos fiscais na Zona Franca de Manaus, entre outros. Para os parceiros comerciais do Brasil, essas medidas favorecem produtores nacionais por meio de: imposição de carga tributária mais elevada a mercadorias importadas do que aquela imposta aos bens nacionais; vinculação das vantagens tributárias ao uso de bens produzidos nacionalmente; e oferecimento de subsídios condicionados à exportação.

Trata-se, pois, de instrumento de política industrial de dimensão setorial com impactos sobre o interesse comercial de outros membros da OMC. A questão esbarra nos limites impostos pelos acordos da OMC para a adoção, por seus membros, de mecanismos de política industrial – tema sensível sobretudo para países emergentes e em desenvolvimento.

A disputa discutirá elementos estratégicos do PBM e demandará grande coordenação por parte do governo e do setor privado brasileiro. Com o início dessa potencial disputa, espera-se que o Brasil retome um posicionamento mais ofensivo perante a OMC e órgãos internacionais no questionamento de medidas que afetem os interesses do país.

Nesse sentido, estudo recente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta 18 violações de regras internacionais de comércio que têm prejudicado a venda de produtos brasileiros no exterior e podem ser contestadas na OMC¹². Além das medidas que têm incomodado o setor privado por conta das baixas no mercado, o caso do algodão ainda promete novos desdobramentos com a nova versão da *Farm Bill*.

Considerações finais

Diante de um quadro de acirramento das condições de concorrência no âmbito global, o governo Dilma mostrou-se ativo na formulação e implementação de medidas de fomento à indústria brasileira.

As medidas voltadas ao aprimoramento do sistema de defesa comercial são consistentes e prometem conferir maior previsibilidade e transparência na condução de investigações. Nesse período de transição, entretanto, faz-se necessário incrementar o diálogo entre técnicos do DECOM e representantes do setor privado para que as alterações legais introduzidas sejam traduzidas, efetivamente, em uma maior proteção aos setores da indústria doméstica abalados pela concorrência internacional.

No que tange à alteração do imposto de importação, é pertinente questionar a viabilidade desse instrumento, tendo em vista seu caráter temporário, bem como sua natureza jurídica precária. Assim, trata-se de uma forma inapta para assegurar a previsibilidade dos investimentos no médio e longo prazo.

Por fim, quanto aos mecanismos de fomento ao setor automotivo, a questão que se apresenta diz respeito aos limites impostos pelos acordos da OMC à adoção de instrumentos de política industrial. A disputa ainda está em fase inicial, e a defesa do Brasil no contencioso possui caráter estratégico, haja vista que o Programa INOVAR-AUTO é pilar importante da política industrial implementada na administração Rousseff.

- ❶ As informações sobre o Plano Brasil Maior mencionadas neste artigo foram retiradas de: <<http://bit.ly/1mMGNcF>>.
- ❷ Dados retirados do artigo "Defesa Comercial registra recorde em 2012", publicado em 27 dez. 2012. Ver: <<http://bit.ly/1mWbDEw>>.
- ❸ A revisão de escopo avalia se determinado produto encontra-se ou não no escopo de aplicação de um direito *antidumping*.
- ❹ Ver: <<http://bit.ly/1kAH9Dy>>.
- ❺ Os produtos são: pirofosfato ácido de sódio (SAPP), ácido adípico, filmes de polímeros de polipropileno biaxialmente orientado (filmes de BOPP). Levantamento feito com base nas circulares da SECEX, presentes em: <<http://bit.ly/TEHfmf>>.
- ❻ Os produtos são: tubos de aço de carbono, borracha de estireno-butadieno polimerizada em emulsão a frio (E-SBR), chapas pré-sensibilizadas de alumínio para impressão off-set. Levantamento feito com base nas circulares da SECEX, disponíveis em: <<http://bit.ly/TEHfmf>>.
- ❼ Com determinação preliminar: SAPP, filmes de BOPP, ácido adípico e tubo de aço de carbono. Levantamento feito com base nas circulares da SECEX, presentes em: <<http://bit.ly/TEHfmf>>.
- ❽ Sem: borracha estireno-butadieno. Levantamento feito com base nas circulares da SECEX, presentes em: <<http://bit.ly/TEHfmf>>.
- ❾ Além dessa medida, o governo implementou a Decisão CMC No. 39/2011, com o objetivo de aumentar as tarifas de 100 produtos da NCM em decorrência de desequilíbrios comerciais derivados da conjuntura econômica internacional. Essa medida, porém, foi revogada em 1º de outubro de 2013 para manter a política de inflação do governo. Ver: <<http://abr.ai/1qAxDrn>>.
- ❿ Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. *Relatório de Acompanhamento das Medidas Sistêmicas*. Brasília, mar. 2014, pp. 16-7. Ver: <<http://bit.ly/1mWbSzp>>.
- ⓫ Ver: <<http://bit.ly/1lBvCn2>>.
- ⓬ Ver: <<http://bit.ly/1j53FT9>>.



Adriana Dantas

Sócia da área de comércio internacional do Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados.



Milena da Fonseca Azevedo

Associada da área de comércio internacional do Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados.

COMPETITIVIDADE

O papel do Estado na diversificação das exportações: o caso do Chile

Dorotea López, Felipe Muñoz

Este artigo analisa o caso do Chile para refletir sobre o papel do Estado na promoção da competitividade. Os autores identificam variáveis críticas para examinar de que forma as políticas públicas podem ser articuladas a fim de agregar valor às exportações do país.

Existe um grande consenso de que, para alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento, os países devem orientar sua economia para atividades com maior valor agregado e manter uma matriz produtiva diversificada, em particular no que se refere à sua pauta de exportação. Isso nos leva a abordar dois aspectos: de um lado, o papel do Estado no desenvolvimento e, de outro, a relevância de ferramentas que permitam avaliar as diferentes estratégias empregadas pelo Estado nesse sentido.

No Chile, o Estado definiu, há mais de duas décadas, a importância de aumentar as exportações de serviços. Essa posição coexistiu – e contrastou – com a então predominante “política de neutralidade”, segundo a qual o Estado deveria intervir minimamente na atividade produtiva. É apenas na gestão de Michelle Bachelet (2006-2010), quando foi criada uma política de *clusters* para o setor de serviços, que o Estado passa a lançar atenção especial a setores mais estratégicos ao desenvolvimento do país.

Nesse contexto, este artigo analisa algumas das políticas implementadas pelo Chile, com o objetivo de refletir sobre o impacto de tais iniciativas no posicionamento desse país como um país exportador de serviços.

A política de promoção à exportação de serviços do Chile

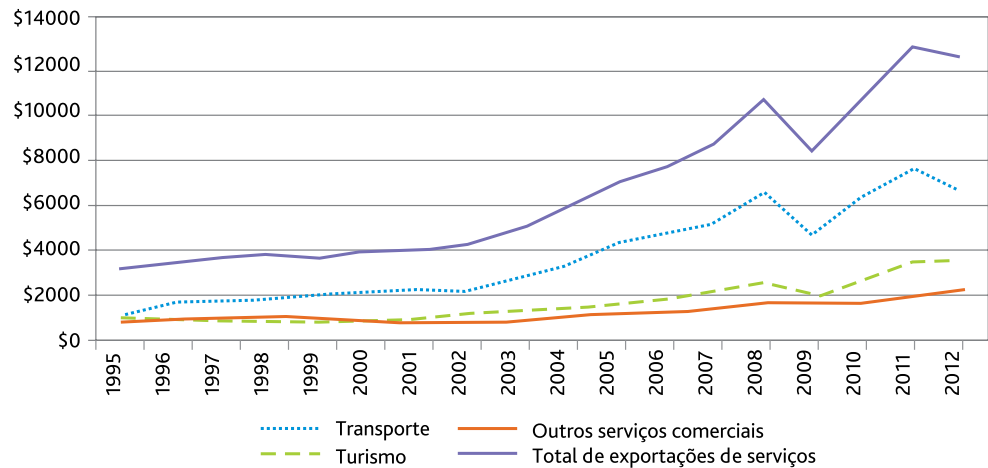
Em 1995, no contexto de liberalização comercial no Chile, foi criado o programa “Chile: plataforma de serviços”, com o objetivo de fazer do país uma ponte que ligava a América do Sul à região da Ásia-Pacífico. Na mesma linha, em 2002, foi sancionada a lei Plataforma de Investimentos, que visava a estimular o estabelecimento de sociedades no Chile para a gestão de operações em terceiros países. Quatro anos depois, foi criado, no âmbito do ProChile, o departamento de Promoção da Exportação de Serviços. Uma segunda linha de políticas de fomento de empresas de serviços concentrou-se na área de tecnologia, como mostram os casos da Agenda Digital (1999) e do programa de Atração de Investimentos de Alta Tecnologia (2000).

A evolução das exportações de serviços do Chile nos últimos anos tem sido marcada pela elevada participação do setor de transportes (ver Figura 1), o qual é, em grande medida, controlado por dois atores multinacionais: a companhia marítima CSAV e a aérea LAN.

O surgimento de outros serviços na pauta de exportações do Chile ainda é incipiente. De todo modo, destaca-se a expansão do varejo chileno na região sul-americana. Também, cabe ressaltar que os serviços relacionados a tecnologias da informação e os serviços profissionais têm apresentado uma participação decrescente no total das exportações – e seu crescimento nos últimos anos esteve abaixo da média mundial.

Uma mudança importante na política de neutralidade ocorreu durante o primeiro governo de Michelle Bachelet. Em 2006, o Conselho Nacional de Inovação para a Competitividade (CNIC) definiu a Estratégia Nacional de Inovação para a Competitividade, buscando duplicar o produto interno bruto (PIB) *per capita* em 2020, por meio da implementação de uma política de *clusters*. Nesta última, a indústria de serviços globais (*offshoring*) foi identificada como um dos *clusters* que deveriam ser reforçados.

Figura 1. Exportações chilenas de serviços, 1995-2012 (em milhões de dólares)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da OMC.

Essa política surge como resposta à necessidade de melhorar a inserção do Chile na economia global e sua capacidade de se antecipar ao cenário internacional¹. Dessa forma, a diversificação das exportações adquire prioridade entre as estratégias do governo que apostam, seletivamente, no desenvolvimento de uma indústria de exportação não tradicional, baseada em recursos humanos de alta qualificação.

Para alcançar os objetivos traçados pelo CNIC, foram convidados a participar do *cluster* de serviços globais (CSG) órgãos públicos, privados e acadêmicos, os quais iniciaram, em 2007, atividades como a elaboração de uma agenda estratégica, com linhas de ação específicas em quatro categorias: i) promoção internacional; ii) capital humano; iii) desenvolvimento da indústria local.

Em 2010, a administração de Sebastián Piñera (2010-2014) definiu a não-seletividade como um critério de sua gestão. Mais precisamente, o presidente sustentava que os mercados são dinâmicos e, portanto, as políticas públicas devem se adaptar às circunstâncias. Assim, é preciso ter em mente que o programa de CSG não teve continuidade durante o governo Piñera, que retomou uma concepção neutra na política de promoção das exportações.

Quadro analítico

O resultado do programa de *clusters* pode ser avaliado a partir dos seguintes fatores²: estruturais; institucionais; público-privados; econômicos; políticos; e sociais e culturais (ver Tabela 2). Ao analisar o CSG com base nessas variáveis, é possível identificar algumas considerações que ajudam a compreender os resultados obtidos por essa política.

Considerações estruturais e institucionais

Um problema presente não somente nas políticas adotadas no Chile, mas também na região como um todo, é a ausência de continuidade no longo prazo de determinadas políticas de desenvolvimento. Embora o CSG tenha sido institucionalizado de forma clara, com escopo, participação e responsabilidades definidas, o número de instituições envolvidas era muito amplo.

Considerações público-privadas

A coalizão público-privada formada para dar corpo ao *cluster* pode ser qualificada como bem-sucedida em termos da constituição de uma visão comum e da definição de metas ambiciosas em torno do desenvolvimento do setor. Isso possibilitou que a cooperação entre os diversos atores envolvidos e as lideranças do *cluster* estabelecessem alianças estratégicas e mobilizassem recursos para a implementação de um plano de ação de grande impacto. Contudo, o processo de integração entre os setores ainda se encontra em estágio incipiente.

Considerações econômicas

Calcula-se que o CSG contava com um orçamento adequado para o desenvolvimento das atividades previstas. Os recursos orçamentários vinham do recentemente

Tabela 2. Considerações para análise

Considerações	Variáveis	Indicadores
Estruturais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prazo 2. Âmbito de aplicação 3. Flexibilidade e dinâmica 4. Transparência 5. Difusão 6. Avaliação 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Curto, médio e longo 2. Subsetores envolvidos e tipo de empresa 3. Capacidade de resposta diante de condicionantes externas e internas; capacidade de eliminar e substituir estratégias 4. Mecanismos de transparência 5. Mecanismos comunicacionais 6. Sistemas de avaliação dos atores envolvidos
Institucionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Organização 2. Coordenação 3. Equipe de implementação 4. Adaptabilidade 5. Organizações internacionais 6. Leis, normas e regulamentos 7. Acordos internacionais 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de organizações 2. Grau de coordenação entre as instituições 3. Identificação e características 4. Como e quando a diversidade institucional se acomoda nas economias nacionais 5. Compromissos e influência 6. Nível legislativo 7. Coerência regulatória
Público-privadas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Integração 2. Estratégias cooperativas e competitivas 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nível de integração e cooptação 2. Tipo de estratégia, repartição de custos
Econômicas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Recursos 2. Flexibilidade 3. Sustentabilidade 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montante comprometido, representatividade orçamentária 2. Nível de flexibilidade no uso e destino dos recursos 3. Forma de manutenção
Políticas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Liderança política 2. Ambiente político 3. Articulação política e técnica 4. Descentralização 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tipo de liderança 2. Ambiente político 3. Articulação política e técnica 4. Nível da política implementada
Internacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Organismos 2. Compromissos internacionais 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Características 2. Tratados de Livre Comércio
Sociais e culturais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação da população 2. Alfabetização digital 3. Sociedade 4. Infraestrutura 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação básica, secundária e superior 2. Envolvimento no projeto 3. Indicadores do PNUD

Fonte: López, D.; Muñoz, F. *Estrategias exportadoras y políticas públicas: el caso del clúster de servicios globales chileno*. Santiago: Universidad de Chile, 2014.

instaurado *royalty* sobre a mineração, o que assegurava a sustentabilidade dos recursos. A curta duração da política não permite avaliar corretamente aspectos de flexibilidade orçamentária e outros assuntos econômicos.

Considerações políticas

O grande problema enfrentado pelo CSG foi a ausência de um acordo político amplo em torno de seu funcionamento. As políticas de apoio industrial exigem prazos longos para que tenham um efeito significativo sobre a estrutura econômica. Assim, uma articulação político-técnica correta era necessária para dar sustentação ao programa. No entanto, a ruptura com a tradição doutrinária de implementar políticas neutras não foi bem recebida por setores ortodoxos. Isso explica a curta duração dos *clusters*: o fracasso total do programa resultou desses embates político-ideológicos.

Considerações internacionais

Havia um contexto internacional favorável ao desenvolvimento do *cluster* pela crescente demanda por esse tipo de serviços e por condições preferenciais de acesso aos mercados mais importantes, como consequência da política de abertura comercial preferencial.

Considerações sociais e culturais

A incorporação do Chile ao cenário internacional e seu longo histórico de debates sobre temas relacionados ao processo de inserção favoreceram a incorporação de elementos

sociais e culturais. Apesar de algumas deficiências, foi implementado um plano de capacitação em língua inglesa e em tecnologias da informação para a população, além dos avanços observados na infraestrutura digital com o Ministério da Economia.

Principais conclusões

Como vimos, o CSG constituiu um programa técnico, mas que apresentou deficiências em sua concepção mais ampla. Sua estrutura, financiamento e funcionamento, assim como a incorporação do setor privado e acadêmico, foram relevantes; e as condições internacionais e domésticas permitiram alcançar os objetivos definidos. No entanto, tais programas careceram de apoio político no longo prazo, e o governo Piñera colocou fim a essa política de *clusters*.

A experiência chilena em matéria de promoção das exportações de serviços oferece diversas lições em matéria de políticas públicas. Em primeiro lugar, é preciso destacar a importância da política industrial no desenho da política econômica. De acordo com Hausmann^①, os países que conseguiram manter seu crescimento e desenvolvimento não são necessariamente aqueles em que o Estado teve uma participação ativa através do investimento direto no sistema produtivo, mas onde havia um Estado atento e ativo para que todo o ecossistema de apoio às complexas atividades funcionasse de forma eficiente, para que existissem as condições para o desenvolvimento da indústria. No Chile, a política de horizontalidade, em particular para o comércio de serviços, significou o fim da intervenção do Estado e, com isso, este deixou de cumprir parte de suas responsabilidades – por exemplo, fomentar a competitividade.

As políticas devem ser formuladas de modo integral, levando em consideração os diferentes fatores que conduzem ao sucesso de um programa. Isso inclui aspectos tradicionais – como a estrutura ou o financiamento de uma política –, mas também aspectos relacionados com a interação dos diferentes atores envolvidos em uma política e seu grau de participação nesta. É preciso, ainda, incorporar considerações do tipo político e internacional que reflitam as condicionantes e restrições que podem ser enfrentadas na implementação do programa. Somente dessa forma será possível formular e implementar políticas alinhadas às necessidades de um país, e cujo desenvolvimento e êxito sejam minimamente garantidos.



Dorotea López

Integrante do WTO Chairs Programme e professora no Instituto de Estudos Internacionais da Universidade do Chile.



Felipe Muñoz

Integrante do WTO Chairs Programme e professor do Instituto de Estudos Internacionais da Universidade do Chile.

① Ver: Castillo, M. A indústria global de serviços: oportunidades para o Chile. In: Ieiva, J.; Castillo, M. (eds.). *Globalización económica: oportunidades y desafíos para Chile*. Santiago: Chile 21, 2008, pp. 13-56.

② Os autores chegaram a essa lista após uma revisão da literatura sobre políticas industriais de diversificação da matriz produtiva e exportadora. Ver: López, D.; Muñoz, F. *Estrategias exportadoras y políticas públicas: el caso del clúster de servicios globales chileno*. Santiago: Universidad de Chile, 2014.

③ Ver: <<http://bit.ly/1pZ1lm1>>.

PROTECCIONISMO

Discricionariedade e proteccionismo: a política comercial da Argentina na década kirchnerista.

Elías Baracat, J. Michael Finger, Raúl León Thorne, Julio J. Nogués

Este artigo analisa as principais políticas comerciais adotadas pelos governos Kirchner e sustenta que o proteccionismo empreendido pela Argentina, além de ignorar as regras multilaterais de comércio, é um dos principais responsáveis pelo atraso econômico observado no país desde a década de 1940.

Em perspectiva comparada, o desempenho econômico e social da Argentina no longo prazo pode ser considerado um fracasso. Entre 1870 e a década de 1930/1940, em um contexto de abertura econômica, o produto interno bruto (PIB) *per capita* da Argentina se aproximou sistematicamente daquele observado nos países industrializados. Desde então, porém, a distância só aumentou. Se para muitos a Coreia do Sul é vista como o milagre econômico do século XX, a Argentina é o principal exemplo contrário.

Um caso concreto dessa realidade é encontrado na comparação entre as trajetórias da Argentina e da Austrália, que ilustra como a Argentina desaproveitou os últimos 144 anos, apesar das diversas oportunidades históricas. Em 1870, a renda *per capita* na Argentina equivalia a 40% do PIB *per capita* australiano. Nas seis décadas seguintes, o rápido crescimento argentino levou à progressiva convergência entre ambas as sociedades, tendência observada até os anos 1930. Desde então, um declínio constante levou ao retorno da proporção encontrada no século XIX: em 2012, o PIB *per capita* da Argentina voltou a equivaler a 40% da renda australiana.

Este artigo discute o fracasso argentino partindo de uma análise das políticas comerciais adotadas pelo país ao longo do período. Nas últimas oito décadas, a Argentina adotou políticas altamente protecionistas, abandonando o modelo adotado nos tempos de rápido crescimento econômico. As consequências dessa transformação, discutidas pela literatura dedicada ao tema, são conhecidas: aumento da desigualdade, corrupção, desvios alocativos e estagnação econômica.

Políticas comerciais desde 2003

Após uma década marcada pela implementação de políticas liberalizantes, a Argentina enfrentou uma grave crise, responsável pelo colapso da convertibilidade entre o peso argentino e o dólar em 2001. Em resposta à situação, as políticas protecionistas voltaram com força. De fato, o governo peronista liderado por Néstor Kirchner dedicou-se a impor barreiras a uma economia aberta nos anos 1990 por outro governo peronista. A partir disso, é possível constatar, primeiramente, a falta de uma orientação clara do Partido Justicialista em relação aos rumos da política comercial argentina.

Seria um erro, ademais, atribuir aos peronistas a exclusividade na defesa do proteccionismo do país. Afinal, a maior parte dos governos desde 1940 defendeu o estabelecimento de barreiras. Da mesma forma, a guinada protecionista empreendida pelos governos de Néstor e Cristina Fernández de Kirchner não foi desafiada com intensidade por grupos de interesse locais ou pela comunidade internacional.

Barreiras à importação: licenças e controles cambiais

As licenças de importação foram o primeiro instrumento adotado pelos governos do casal Kirchner para limitar a aquisição de bens e serviços do exterior. Recentemente, controles sobre o mercado cambial afetaram ainda mais as relações comerciais com o exterior. Com o tempo, o governo argentino transformou a natureza de suas licenças de importação: de um instrumento para garantir aderência às regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), algo previsto pelas regras multilaterais, estas passaram a ser usadas como um instrumento de proteção discricionária. Se, nos primeiros meses do governo Néstor

Kircher, uma limitada lista de produtos era protegida por licenças não automáticas, em 2011, estes já alcançavam a marca de 650. O desmantelamento desse complexo sistema, por sua vez, foi precedido pela introdução de importantes restrições ao mercado cambial.

As estatísticas ilustram a extensão do protecionismo argentino: em 2011, 21% das importações do país eram reguladas por licenças, ao passo que 0,5% do total era coberto por medidas *antidumping*. Setores como os de automóveis, bens de capital, brinquedos, eletrônicos, papelaria e livros foram definidos como prioritários para a imposição de restrições. As licenças passaram a ser usadas, ademais, para a negociação de metas de investimento com firmas específicas, cabendo ao governo garantir que a proteção seguiria caso a iniciativa privada fizesse sua parte. Na atualidade, as barreiras resultam dos controles ao mercado cambial implementados no fim de 2011, sistema administrado de forma altamente discricionária.

Em uma economia mundial integrada, controles discricionários têm a capacidade de paralisar linhas de produção inteiras e, conseqüentemente, trazer efeitos negativos para o crescimento econômico do país. Tal realidade, somada a um peso argentino valorizado graças aos controles estatais, ajuda a explicar, ao menos parcialmente, a atual recessão da Argentina. Dada a letargia da comunidade internacional diante das políticas dos governos Kirchner, até o momento, Buenos Aires tem sido um *free rider* das regras multilaterais.

Barreiras à exportação: impostos e controles

Governos protecionistas na Argentina têm recorrido habitualmente à extração de uma parcela da renda da terra por meio de impostos à exportação e controles discricionários às vendas ao exterior por parte do setor primário. Desde o início do século XXI, termos de troca excepcionalmente altos – não observados desde 1900 – facilitaram a implementação de consideráveis barreiras à exportação. A Tabela 1 apresenta tanto as alíquotas formais de impostos quanto as alíquotas equivalentes derivadas dos controles sobre trigo, milho e carne bovina, os produtos mais afetados pelo intervencionismo estatal. Os números encontrados na última linha mostram que, atualmente, a Argentina possui uma das maiores barreiras à exportação do mundo, algo que causou importantes danos ao setor agropecuário nacional. De fato, as restrições não se limitam aos produtos enumerados acima: outras *commodities*, como a soja e os óleos vegetais, também são afetados por impostos de exportação superiores a 30%.

Tabela 1: Barreiras à exportação de produtos agrícolas primários (% sobre preço FOB)

Barreira	Trigo	Milho	Carne bovina
Imposto de exportação	23	20	15
Equivalente em imposto dos controles sobre a exportação	16	17	20
Total	39	37	35

Fonte: Barakat, E.; Leon, R.; Finger, J.; Nogués, J. *Sustaining Trade Reform: Institutional Lessons from Argentina and Peru*. Banco Mundial, 2013. Disponível em: <http://bit.ly/1jUQOEx>.

Em resumo, os governos de Néstor e Cristina Kirchner devolveram a Argentina à rota protecionista responsável por boa parte do atraso econômico sofrido pelo país desde a década de 1940. Os custos desse intervencionismo, porém, seguem incertos: a ausência de estatísticas confiáveis dificulta o cálculo de dados fundamentais, como os efeitos das restrições sobre a criação de empregos, difusão tecnológica ou corrupção derivada dos controles ao intercâmbio comercial. Para que reformas sejam empreendidas, é fundamental que tais consequências sejam melhor estudadas.

Retaliação

As reações às políticas protecionistas da Argentina podem ser classificadas a partir dos seguintes critérios: i) respostas alinhadas com as regras e procedimentos da OMC; e ii) ações descoladas da lógica do sistema multilateral do comércio. Ademais, a análise das interações entre o governo argentino e seus parceiros deve levar em conta seu grau de efetividade na mudança dos rumos definidos na Casa Rosada.

Desempenho da Argentina em 2013:

Crescimento do PIB:

3,5%

Desemprego:

7,5%

População abaixo da linha de pobreza:

30%

Inflação:

20,8%

Fonte: CIA (2014)

Fontes: PriceStats

Brasil e China

Brasil e China fornecem dois exemplos de retaliações "efetivas" baseadas nos compromissos assumidos pela Argentina junto à OMC. Em 2011, por exemplo, o governo brasileiro reagiu à imposição de licenças não automáticas de importação para carros por parte de Buenos Aires, retaliando por meio de medidas idênticas. Tendo em vista a natureza bilateral do comércio de automóveis no Mercado Comum do Sul (Mercosul), os efeitos de tal conflito são isolados às economias argentina e brasileira.

No entanto, as disputas comerciais entre os membros do Mercosul geralmente ocorrem longe dos corredores de Genebra. Em contraste com a estratégia brasileira, o Uruguai prefere discussões entre presidentes, a fim de limitar os eventuais danos de um conflito prolongado. Evidência desse comportamento é a negativa da diplomacia uruguaia em apoiar outros países na OMC em suas queixas contra a Argentina – muito embora Montevidéu também seja afetada pelas barreiras de importação impostas pelos governos dos Kirchner.

A fim de influenciar uma mudança nas decisões da Argentina, a China adotou uma posição mais discreta que aquela empreendida pelo governo brasileiro. Sua opção foi embargar importações de soja do país, sob o argumento de que estas não respeitavam padrões sanitários e fitossanitários. Ao longo de 2011, tais restrições sobre as vendas de soja argentina levaram os preços de exportação do produto a caírem cerca de US\$ 50 por tonelada métrica, reduzindo os recursos disponíveis para o governo. Em resposta, a Argentina decidiu limitar as restrições às importações de produtos chineses.

Países que respeitam as regras

Em 27 de maio de 2013, a OMC anunciou que um grupo de membros iniciara uma disputa comercial contra a Argentina devido a violações em um número de obrigações incluídas em diversos acordos, tais como o Acordo sobre Licenças de Importação, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT, sigla em inglês), o Acordo sobre Salvaguardas e o Acordo sobre Investimentos. Entre os Estados demandantes estão China, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Índia, Tailândia e Turquia.

A disputa foi precedida por anos de reclamações infrutíferas por outros membros da OMC no Comitê sobre Licenças à Importação. A controvérsia deve ser encerrada em 2015 ou 2016, mais de uma década após a introdução das primeiras licenças de importação e, portanto, dez anos após as primeiras queixas. Isso mostra que as regras e os compromissos no âmbito da OMC são efetivos para países que querem manter regimes comerciais abertos, mas não para países como a Argentina, ansiosos por retornar aos velhos tempos da política de substituição de importações.

Considerações finais

Para tecermos considerações a respeito do futuro das políticas adotadas pela Argentina em matéria de comércio, dois cenários merecem atenção: de um lado, a manutenção dessas políticas; de outro, a promoção de reformas. Seguir na mesma rota, reduzindo algumas distorções, significaria afrouxar os controles cambiais e as barreiras à exportação. O poder discricionário dos funcionários públicos, porém, seria mantido. Não por acaso, é generalizado o silêncio entre os participantes do jogo político argentino quando o assunto é maior integração à economia mundial. Tal comportamento reflete uma cultura industrialista e urbana, assentada em "princípios nacionalistas" e na "defesa da criação de empregos" como argumentos principais para justificar a proteção.

Para além disso, dado que os cerca de US\$ 10 bilhões arrecadados e administrados pelo Executivo argentino todos os anos são, em grande medida, direcionados segundo os desejos do grupo dominante, é natural que haja imobilidade institucional. Some-se a isso a longa tradição de "compra de votos" como forma de reter poder na cultura política argentina. Finalmente, os setores industriais mais próximos ao governo tampouco parecem muito interessados em amplas reformas, devido aos benefícios de curto prazo derivados desse relacionamento.

A alternativa seria a implementação de reformas estruturais e institucionais, incluindo o desmantelamento de todos os controles burocráticos sobre importações e exportações, a liberalização da taxa cambial e a restituição do papel desempenhado pela tarifa comum do Mercosul como um primeiro passo para a progressiva liberalização comercial. Tal abertura poderia ocorrer tanto com a assinatura de tratados bilaterais quanto com negociações regionais.

Ao mesmo tempo, deveria ser criado um escritório encarregado de administrar os pedidos de proteção fundamentados nas regras da OMC. Nos últimos dez anos, nenhuma das políticas adotadas pelo governo argentino foi justificada segundo critérios socioeconômicos ou enfrentou um desafio judicial sério. Qualquer política liberalizante deverá lidar, necessariamente, com o alto grau de discricionariedade existente na Argentina, fonte de exageros por parte dos funcionários públicos.

❶ Este artigo é parcialmente baseado em nosso livro publicado em 2013, intitulado *Sustaining Trade Reform: institutional lessons from Argentina and Peru*.

❷ Para exemplos de discussão sobre o tema, ver estudo de C. Díaz Alejandro, *Ensayos sobre la historia económica argentina*, publicado em 1975. Disponível em: <http://bit.ly/1nM3RuE>. Ver também: Nogués, J. *Agro e Industria: del centenario al bicentenario*. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 2011.

Elías Baracat

Economista. Ocupou as seguintes posições no governo da Argentina: sub-secretário de Comércio Interior, presidente da Comissão Nacional de Defesa da Concorrência e presidente da Comissão Nacional de Comércio Exterior.

J. Michael Finger

Ex-diretor do Grupo de Pesquisa em Política Comercial do Banco Mundial.

Raúl León Thorne

Membro fundador da Comissão sobre Antidumping e Salvaguardas do Instituto Nacional de Defesa da Concorrência e da Proteção da Propriedade Intelectual (Indecopi) do Peru. Integrou inúmeros painéis da OMC..

Julio J. Nogués

Pesquisador, membro da Academia Nacional de Economia (Argentina) e ex-representante Econômico e Comercial da Argentina nos Estados Unidos.

POLÍTICA COMERCIAL

As consequências do governo Chávez para o comércio exterior venezuelano

Adriana Boersner Herrera

Ao analisar as linhas da política comercial adotada pela gestão de Chávez, a autora argumenta que o teor ideológico desta desconsiderou as necessidades comerciais do país, que agora apresenta um número restrito de parceiros comerciais relevantes e não participa de um projeto de integração promissor.

Quais são as consequências do chavismo para a política comercial da Venezuela? Para analisar as implicações da administração de Hugo Chávez, é preciso partir de duas etapas principais: i) o período 2001-2007, marcado pelo Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação; e ii) os anos 2007-2013, caracterizados pela implementação do Primeiro Plano Socialista Simón Bolívar. Em grande medida, o governo de Nicolás Maduro representa uma fragilizada extensão do projeto inaugurado por seu antecessor, afetada pela crise econômica, política e social por que passa a Venezuela.

Ao assumir o governo em 1999, Hugo Chávez evitou romper totalmente com a política comercial das gestões anteriores. Os primeiros anos de sua administração foram marcados pela manutenção das relações com os parceiros tradicionais da Venezuela, como os integrantes da Comunidade Andina de Nações (CAN) e os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Em matéria de governança econômica, a Venezuela assinou compromissos de cooperação e financiamento com organismos multilaterais e atraiu investimentos. As linhas das orientações adotadas posteriormente foram, entretanto, consolidadas nessa mesma época, por meio de uma retórica contrária ao projeto de abertura econômica promovido pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e a negativa em apoiar as negociações para uma área de livre comércio englobando o continente americano. Ainda nesse período, a Venezuela iniciou relações com parceiros não tradicionais, como China, Cuba, Irã e Iraque.

No período 2001-2007, o governo estabeleceu a meta de adicionar novas atividades agrícolas e industriais à pauta de exportações da Venezuela. Para tanto, projetou o fortalecimento da integração regional na América Latina, o que, na teoria, ofereceria o acesso aos mercados necessários para a diversificação produtiva do país. Ademais, Hugo Chávez lançaria iniciativas como a Petrocaribe, Petrosur, Petroandina e Petroamérica, que usariam o peso do setor de recursos naturais do país para influenciar a política regional. Após o ingresso da Venezuela no Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a formalização da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) em 2004, foram rompidos os laços com os membros da CAN e do G-3¹. No caso dos países andinos, a decisão trouxe considerável prejuízo à economia venezuelana, dado que Bolívia, Colômbia, Equador e Peru respondiam por um intercâmbio comercial anual de cerca de US\$ 9 bilhões com a Venezuela.

O governo venezuelano lançou, entre 2007 e 2013, um plano nacional de desenvolvimento baseado no estabelecimento de um "modelo produtivo endógeno". Com isso, buscava preparar o país para o "socialismo do século XXI", garantindo tanto autossuficiência produtiva quanto protagonismo da Venezuela na política regional. Nesse plano, o setor energético ocuparia uma posição central por meio das vendas de petróleo e do desenvolvimento de fontes alternativas. Este foi o período em que a Venezuela ampliou sua presença geoestratégica no mundo, com alianças com nações da África, Bielorrússia, China, Irã e Síria, além de Espanha, França, Portugal e Reino Unido.

Os seis anos que culminaram com o falecimento de Hugo Chávez caracterizaram-se pelo controle crescente do Estado sobre todas as atividades consideradas estratégicas. Ainda, consolidou-se uma política comercial com teor fortemente ideológico, a qual deixou em

Exportações da Venezuela em 2012:

Estados Unidos

39,1%

China

14,3%

Índia

12%

Antilhas Holandesas

7,8%

Cuba

4,6%

Fonte: CIA (2014)

segundo plano uma análise sobre as necessidades do país. Em certa medida, a retórica contrária à hegemonia dos Estados Unidos constituiu a principal motivação para a aproximação entre a Venezuela e seus parceiros. As consequências dessas transformações serão discutidas a seguir.

Principais fluxos comerciais entre a Venezuela e o mundo

O aprofundamento do projeto bolivariano teve início em 2004, dentro de um quadro favorável política e economicamente devido à alta no preço do petróleo. Nesse contexto, o governo Chávez optou por ampliar o espectro de alianças e políticas de cooperação, até então restritas à América Latina e ao Caribe. A nova fase foi marcada pela intensificação das relações comerciais com países como Bielorrússia, China, Irã e Rússia.

Na América Latina, os nexos ideológicos explicam a atenção especial dada aos países da ALBA. O intercâmbio de bens e serviços entre os participantes da iniciativa supera US\$ 22 milhões, sendo Cuba o principal beneficiário das relações com a Venezuela, com destaque para os investimentos bilionários recebidos por meio de projetos como a refinaria Camilo Cienfuegos. Contudo, a ALBA não envolve um projeto de integração econômica ou um tratado de livre comércio entre seus membros.

Com o Brasil, é evidente a intensificação do comércio bilateral. Equivalente a US\$ 900 milhões em 2003, o intercâmbio entre a Venezuela e seu vizinho chegou a US\$ 6 bilhões em 2013, o que a coloca como o quarto principal sócio da economia brasileira, atrás apenas de China, Estados Unidos e Argentina. Tamanho crescimento deve-se tanto à intensificação da cooperação entre ambos os países quanto à relação próxima entre os governos de Chávez e Lula.

Se o governo brasileiro se beneficiou da proximidade com Hugo Chávez, o mesmo não pode ser dito a respeito da Colômbia. Entre 2012 e 2013, as vendas do vizinho à Venezuela caíram 9,79%. As importações de produtos venezuelanos, por sua vez, foram 16,41% menores no mesmo período. O esfriamento das relações pode ser explicado não apenas por questões político-diplomáticas, mas também pela escassez de divisas para o pagamento de importações. Em geral, porém, observa-se que a economia colombiana possui melhores condições para vender aos venezuelanos do que o contrário.

Fora da América Latina, a China tornou-se o principal credor da Venezuela: o país asiático fornece mais de US\$ 40 bilhões a seu parceiro andino, montante pago, em parte, pelo envio de petróleo à China. O comércio bilateral, que, em 1999, equivalia a US\$ 358 milhões, alcançou US\$ 18 bilhões em 2011. Esse aumento deve-se ao apetite chinês por recursos naturais, bem como aos anseios do chavismo em encontrar alternativas à dependência estadunidense. Seguindo a mesma dinâmica, a cooperação com a Rússia baseia-se em contratos assinados em setores específicos, como construção, defesa e extração de petróleo. Em 2013, cerca de 240 acordos foram assinados entre os dois países. Outras nações, como Irã e Síria, também se aproximaram de Caracas. No entanto, a magnitude desses laços comerciais é pouco expressiva.

Conforme mostram os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística da Venezuela (INE), o país importa bens e serviços sobretudo de Estados Unidos, China e Brasil. Outros países igualmente importantes na região são Equador, México, Colômbia, Argentina e Panamá. Na Europa, vendem para a Venezuela principalmente Itália, Espanha e Alemanha. Já entre as exportações, os principais mercados para produtos venezuelanos são, nesta ordem, Estados Unidos, China, Holanda, Trinidad e Tobago, Colômbia e Brasil.

Travas internas ao comércio

Apesar do discurso em defesa da soberania nacional e do reordenamento global, a Venezuela não diminuiu sua dependência em relação às exportações petrolíferas. Laços com países da América Latina foram dinamitados, como no caso da CAN, ao passo que os convênios e tratados bilaterais com os novos parceiros pouco contribuíram para a diversificação econômica. Nem mesmo o discurso incisivo em oposição aos Estados Unidos foi capaz de reverter a ligação com esse mercado: 50% das vendas de petróleo

Importações da Venezuela em 2012:

Estados Unidos

31,7%

China

16,8%

Brasil

9,1%

Colômbia

4,8%

Fonte: CIA (2014)

venezuelano ao exterior têm como destino os principais antagonistas do chavismo. Na atualidade, a Venezuela caracteriza-se como uma "economia de porto", importando enorme parcela dos bens consumidos por sua população com as divisas derivadas da exportação de seus recursos energéticos.

A estagnação econômica por que passa o país pode ser explicada por uma série de fatores. O primeiro diz respeito à involução institucional observada a partir de 2003, com a criação de uma elite detentora de grande parte do poder político e dos benefícios econômicos. Uma consequência dessa nova realidade foi a consolidação de uma ordem pouco transparente. Ademais, o desrespeito à propriedade privada resultou na redução dos níveis de produção – e no financiamento dessa ineficiência por parte do Estado. Em terceiro lugar, os inúmeros controles ao comércio exterior levaram a uma limitação dos investimentos no país, que passou a enfrentar crises de abastecimento.

Outros desafios, diretamente relacionados com a capacidade de reprodução do atual regime político, podem trazer consequências para as relações entre a Venezuela e seus principais sócios. Afinal, o aprofundamento do rentismo petrolero deverá lidar com a perda de capacidade produtiva do país nos últimos anos. Menor oferta de recursos energéticos significa também escassez de divisas para financiar as compras e os acordos de cooperação assinados desde o início do século XXI. Espera-se, assim, não apenas a diminuição dos investimentos do governo de Nicolás Maduro na economia venezuelana como também dificuldades crescentes para manter o nível atual de importações. Países como Brasil e China, detentores de um considerável superávit em sua relação comercial com a Venezuela, devem enfrentar condições menos favoráveis no futuro.

As consequências do bolivarianismo

As consequências da política comercial adotada após a ascensão de Chávez não se limitam a uma descrição dos principais parceiros da Venezuela ou das transformações na pauta de exportações do país. Internamente, os desdobramentos do projeto bolivariano não tiveram o resultado esperado. Embora o governo venezuelano tenha buscado o crescimento econômico autossustentável, a diversificação produtiva e uma maior competitividade internacional, o país segue dependente do petróleo. As exportações do produto representaram, entre 2012 e 2013, 97% do total vendido pela Venezuela.

Por outro lado, as vendas ao exterior de produtos não ligados ao setor do petróleo, que em 1998 respondiam por 31% do total exportado pela Venezuela, hoje ocupam uma posição residual na pauta do país. Em grande medida, a saída da CAN, tradicional destino desses bens, explica tal redução. Longe de substituir os antigos mercados, a entrada no Mercosul aprofundou essa tendência, dada a maior competitividade relativa dos novos sócios.

As consequências dos compromissos assumidos com países como China, Cuba e Rússia são mais difíceis de prever, uma vez que são poucas as informações disponíveis sobre esses acordos. Segundo sócio mais importante na América Latina, a China representa uma garantia de capitais e oportunidades comerciais para países como Argentina e Venezuela. Preocupa, entretanto, o alto grau de endividamento público derivado desse relacionamento. O estabelecimento do fundo binacional China-Venezuela, por exemplo, pressupõe a venda adiantada de petróleo e a redução da propriedade acionária de empresas venezuelanas de economia mista.

Embora o governo venezuelano tenha buscado o crescimento econômico autossustentável, a diversificação produtiva e uma maior competitividade internacional, o país segue dependente do petróleo.

No caso de Cuba, a troca de petróleo por consultoria e prestação de serviços constitui uma desvantagem para o país: o governo cubano recebe aproximadamente 100.000 barris de petróleo por dia, sendo a metade doada, e o restante é convertido em um empréstimo pela Venezuela. A troca de petróleo por alimentos, bens e serviços com outros países da América Latina (como Argentina, El Salvador, Honduras, Nicarágua, República Dominicana e Uruguai) tampouco beneficia a economia venezuelana. Afinal, os termos de troca adotados nesses acordos muitas vezes são inferiores ao que se esperaria caso os valores de mercado dos artigos fossem utilizados como referência.

Não raramente, predomina o elemento ideológico nas relações da Venezuela com o exterior. A cooperação comercial com os Estados Unidos, tradicional parceiro do país, foi debilitada por diversas iniciativas adotadas pelo governo de Chávez. Graças à proximidade com Coreia do Norte, Irã e Síria, a Venezuela teve a compra de armas estadunidenses proibida e foi excluída de qualquer parceria com sua indústria de defesa. Em consequência, aumentou a dependência venezuelana em relação à Rússia. Da mesma maneira, a estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) está impedida, desde 2011, de participar de qualquer contrato direto com o governo dos Estados Unidos. À empresa, também foi vedado o acesso a programas de intercâmbio tecnológico ou de financiamento.

Considerações finais

O governo de Maduro carece de uma forte liderança, capacidade de negociação, controle político e das vantagens econômicas de que desfrutava seu antecessor. A ideia de multipolaridade, eixo fundamental do discurso bolivariano, encontra-se reduzida ao relacionamento com poucos países, em um contexto agora menos favorável. O que se nota, de fato, é um crescente isolamento, materializado tanto na falta de competitividade em relação aos sócios do Mercosul quanto na ausência de debates promissores, como o da Aliança do Pacífico.

Uma estratégia de crescimento baseada no comércio implica o fortalecimento de processos produtivos, a construção de uma plataforma institucional e jurídica capaz de trazer previsibilidade às relações com os principais parceiros e o estabelecimento de um padrão estável de relacionamento com o mundo exterior. Atualmente, a Venezuela se encontra longe desses objetivos. Quando a ação de um governo é orientada por urgências, as transformações relevantes assumem um papel secundário.

❶ Criado em 1996, o G-3 constituía um acordo mantido entre Colômbia, México e Venezuela.



Adriana Boersner Herrera
Bolsista da Fulbright e
doutoranda em Ciência Política
na Universidade de Missouri
(Columbia).

DESENVOLVIMENTO

A conta que fica para depois: as externalidades do renascer paraguaio

Luiz Eduardo Rielli

Este artigo analisa os fatores que melhor explicam o desempenho econômico do Paraguai, país que, recentemente, tem apresentado um dos maiores índices de crescimento no mundo. A partir disso, o autor discute os custos sociais e ambientais do modelo de inserção paraguaio.

○ Paraguai vivencia o maior ciclo de crescimento econômico de sua história recente. Economia com desempenho tradicionalmente vinculado ao da economia brasileira, em 2013 seu produto interno bruto (PIB) cresceu 14,1%, enquanto o brasileiro segue com baixos patamares, em 2,2%. Em grande medida, esse descolamento é associado à facilidade de se fazer negócios no Paraguai e à maior inserção do país no comércio internacional.

O aprofundamento das relações comerciais e a abertura aos investimentos estrangeiros têm alavancado a economia paraguaia. Ao contrário de fluxos financeiros especulativos, a abertura para o capital produtivo e para os investimentos externos diretos, se bem conduzida, incrementam o dinamismo da economia local. Os benefícios derivam da formação de novas cadeias de suprimentos, por meio da capacitação da mão de obra local, da transferência tecnológica e de ganhos de eficiência e escala. Ou seja, o investimento produtivo pode elevar o grau de competitividade de um setor ou indústria, trazendo novas vantagens comparativas.

No entanto, a realidade não nega os importantes desafios que devem ser superados em busca do desenvolvimento local. Os investimentos, muitas vezes, trazem efeitos colaterais, chamados pelos economistas de externalidades negativas. Em países de menor desenvolvimento, fragilidades institucionais favorecem a ocorrência de anomalias sociais como concentração de patrimônio e renda, degradação ambiental e desrespeito a direitos fundamentais, desencadeando conflitos sociais.

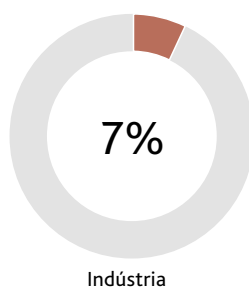
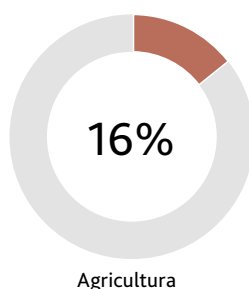
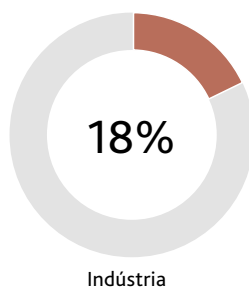
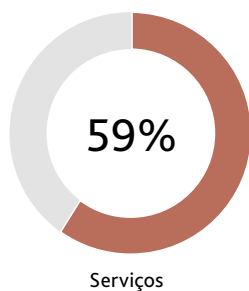
Sob esse enquadramento, estaria o crescimento econômico alavancando o bem-estar e o desenvolvimento sustentável paraguaio? Estariam os investimentos estrangeiros e a maior inserção internacional beneficiando a população local? Como construir uma nova orientação em uma sociedade marcada por velhos problemas estruturais? Esse ensaio parte desses questionamentos para analisar o recente crescimento paraguaio. O caso dos investimentos dos produtores “brasiguaios” de soja serve de base de sustentação para o debate.

O florescer paraguaio

Segundo o Banco Mundial, o Paraguai apresentou o terceiro maior crescimento econômico do mundo em 2013, totalizando US\$ 30,5 bilhões em PIB nominal¹. A atividade econômica está distribuída nos serviços (59%), na venda de energia elétrica das binacionais Itaipu e Yacyretá (7%), na agropecuária (16%) e na indústria (18%)². Com a quebra da safra por efeitos climáticos em 2012, o país vivenciou um período de recuperação econômica em 2013. Com isso, tem utilizado os excedentes da exploração de *commodities* agrícolas e energéticas para alavancar os setores de manufaturas, infraestrutura e de atividades rentistas, como o setor imobiliário. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB paraguaio encerrará 2014 em 4,8%, e em 4,5% em 2015 – as maiores expectativas para o Cone Sul³.

A atratividade do país fundamenta-se em seus custos de produção e no pragmatismo do ambiente regulatório. Em relação a Brasil e Argentina, o país apresenta baixo custo da energia elétrica, reduzida carga tributária, flexibilidade do regime trabalhista, menor

Economia do Paraguai:



custo de salários, assim como facilidades na obtenção de licenças e registros. "A carga tributária é 50% mais barata que no Brasil e a energia elétrica, 65%", enfatiza o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) brasileira⁴. No ranking internacional do IFC/Banco Mundial, o Paraguai ocupa a 109ª posição entre os países de maior facilidade para se fazer negócios, à frente de Brasil (116ª) e Argentina (126ª)⁵.

A balança comercial é sustentada pela exportação de produtos primários e pelo artifício das re-exportações. De 2009 a 2013, o fluxo de comércio apresentou incremento em quase 200%, baseado nas exportações de soja (27%), energia elétrica (24%), carnes (11%) e cereais, como milho e trigo (8%)⁶. Com baixas tarifas de importação, o Paraguai é a porta de entrada de produtos manufaturados, com destino a Brasil e Argentina. O Brasil mantém-se como principal parceiro comercial, com 30% das exportações, mas a diversificação de parcerias comerciais com Rússia e Oriente Médio tem beneficiado o país. Ainda assim, o saldo comercial é historicamente negativo, fechando 2013 com um déficit de US\$ 2,17 milhões⁷.

Empossado em 2013, o governo pró-empresariado do presidente Horácio Cartes pretende estimular a economia através do investimento externo. Enquanto o Mercado Comum do Sul (Mercosul) arrasta as negociações com a União Europeia (UE), o governo paraguaio tem avançado os entendimentos com os Estados Unidos, em um acordo que daria vantagens comerciais ao país. A isso, soma-se a recente suspensão, pela UE, das preferências tarifárias concedidas ao Brasil, por considerá-lo uma economia em médio desenvolvimento. Esse novo contexto comercial pode tornar o Paraguai não só uma rota de re-exportação ao Brasil, mas também uma plataforma de produção de itens de maior valor agregado para os mercados estadunidense e europeu. Desse modo, as condições atrativas do Paraguai e a queda de competitividade de Brasil e Argentina colaboram para uma estratégia de integração regional de cadeias produtivas. Esse é o contexto que a equipe de Cartes tem aproveitado para "assediar as indústrias brasileiras", buscando vender o país a novos investidores e parceiros comerciais⁸.

O florescer paraguaio reflete os novos ares da orientação política e econômica do país, bem como sua postura no comércio internacional. A estabilidade consolidada por um governo liberal e pró-investimentos, somada à competitividade dos fatores de produção, tem facilitado um crescente fluxo de investimentos no país. O otimismo é fundamentado, mas deve ser compartilhado por todos.

Novos ares e velhos problemas

A oportunidade de desenvolvimento que o momento de dinamismo e empreendedorismo pode alavancar esbarra em antigos problemas estruturais da sociedade paraguaia. Embora a logística limitada e a mão de obra despreparada constituam fatores restritivos aos investidores, o que realmente gera dúvidas é a capacidade do novo governo em manter a "segurança jurídica dos investimentos" frente às constantes instabilidades sociais e fragilidades institucionais do país. Apesar do bom momento, o país precisa superar questões estruturais, fontes de desigualdade social.

O Paraguai tem sua estrutura social marcada pela prevalência de oligarquias econômicas e políticas tradicionais. Na história recente, a Associação Nacional Republicana (o Partido Colorado) esteve no poder de 1946 a 2008, retomando em 2013, com Cartes. Assim como o Partido Liberal, força política opositora, os Colorados são majoritariamente constituídos por grupos familiares proprietários de terras, com inclinação conservadora. Em um raro momento de ruptura, em 2008, o ex-bispo Fernando Lugo foi levado à presidência pela Aliança Patriótica pela Mudança, com apoio de uma coalizão de movimentos sociais e pequenos partidos e com o ténue suporte do Partido Liberal. Após ser acusado de estimular a violência contra grandes proprietários de terra e de ser incapaz de solucionar os conflitos no campo, sofreu, em junho de 2012, um "golpe constitucional", em inédito julgamento político, unindo Colorados e Liberais. A concentração de poder político, com o controle do Estado, e a cessão de benefícios a grupos de interesse criam as condições para a perpetuação das desigualdades.

Concentração de terras no Paraguai:

- 2% das propriedades respondem por 85% das terras
- entre 1991 e 2008, as unidades rurais com mais de 500 hectares cresceram 57%

Fonte: Censo do Paraguai (2008)

Sendo a terra o principal capital gerador de riqueza, a concentração fundiária é o principal vetor de exclusão e de conflitos sociais. Ao longo do século XX, pacotes de títulos de propriedade foram entregues pelo Estado a seus grupos de interesse, fossem eles nacionais ou estrangeiros, aprofundando o processo de concentração. Segundo censo de 2008, 2% das propriedades respondiam por 85% das terras. Entre 1991 e 2008, as unidades rurais até 50 hectares apresentaram redução de 28%, enquanto que as maiores de 500 hectares tiveram alta de 57%⁹. Em grande medida, agricultores familiares (*campesinos*) e indígenas vêm tendo suas terras incorporadas ao agronegócio, migrando para as cidades, onde têm atuado na economia informal.

Com um frágil sistema de cadastro fundiário, muitas das áreas cedidas contam com ocupações irregulares ou com documentações fraudadas. Nesse ambiente de incerteza, a propriedade privada é garantida pelo uso de forças particulares (os *matones*, seguranças privados dos estancieiros) ou pela cooptação do aparato policial, com resultados muitas vezes desastrosos. A combinação da ausência do acesso a direitos, com o expurgo de populações tradicionais, torna-se o estopim para movimentos de resistência e de luta pelas terras. Entre 1990 e 2006, 980 conflitos de terra foram registrados, com 366 expulsões e 7.346 detenções¹⁰.

A relação patrimônio-poder tem garantido um modelo em que a atividade produtiva perpetua a concentração fundiária e a exclusão social. Considerando as atividades agropecuárias, a entrada de investimentos estrangeiros, com aquisição de grandes propriedades, pode contribuir para o aprofundamento de um processo de exclusão que, no limite, tem originado atos de violência no campo.

Dilemas do desenvolvimento: a soja "brasiguiaia"

Em grande medida, a expansão da produção de soja e sua completa inserção no mercado internacional têm permitido o crescimento da economia paraguaia. Apesar do setor representar um terço do PIB paraguaio e de ter gerado riqueza ao longo dos anos, também deixou marcas com seus impactos sociais e ambientais.

Com 2,7 milhões de hectares cultivados, a soja é o principal produto de exportação do Paraguai. O país é o quarto maior exportador mundial de soja, tendo 60% da produção destinada à Europa para alimentação de gado e produção de biocombustíveis¹¹. O Brasil é também importante destino, utilizando o grão paraguaio para regular seu próprio mercado. A internacionalização do setor também ocorreu por meio de grandes conglomerados internacionais fornecedores de insumos como sementes, pesticidas, fertilizantes e maquinários agrícolas. Portanto, a partir de investimentos estrangeiros no setor produtivo da soja, observou-se a formação de cadeias complementares, com novas tecnologias e capacidades sendo incorporadas à economia paraguaia.

A cultura da soja em grandes propriedades foi estimulada pelo Estado, a partir das terras fronteiriças com o Brasil. Durante as décadas de 1960 a 1980, o governo Stroessner ofereceu "terras livres" a investidores alemães, japoneses e, principalmente, brasileiros, com o objetivo de introduzir a agricultura mecanizada no país. Hoje, 7,7 milhões de hectares (32% das terras aráveis e 19% do território) correspondem a propriedades de estrangeiros. Dessa parcela, os *sojeros brasiguaios* representam 60%¹². A grande maioria chegou com o espírito empreendedor, ávida por fazer riqueza em uma nova fronteira, muitas vezes gerando impactos socioambientais até então desconhecidos.

A entrada de investimentos estrangeiros, com aquisição de grandes propriedades, pode contribuir para o aprofundamento de um processo de exclusão que, no limite, tem originado atos de violência no campo.

Os estrangeiros e a agricultura paraguaia:

- 7,7 milhões de hectares
- 32% das terras aráveis
- 19% do território

Fonte: Censo Agropecuário do Paraguai (2008)

Entre os principais impactos sociais da cultura da soja, destaca-se a concentração fundiária e as práticas agrícolas. A formação de grandes propriedades inviabilizou atividades tradicionais, como a caça e a pesca, e o modelo de agricultura familiar, para a produção de alimentos. Além disso, a alta mecanização pouco contribuiu para a geração de postos de trabalho no campo. Os que venderam suas terras migraram para as cidades para sobreviver na exclusão das periferias; os que permaneceram, queixam-se da fragmentação do tecido social local, da perda das manifestações culturais e dos problemas de saúde. O uso intenso de pesticidas é tido como causador de intoxicações humanas nas comunidades e contaminações dos solos e rios, afetando a biodiversidade local.

No processo de expansão da soja, o desequilíbrio ambiental esteve associado ao uso do solo. Na bacia do alto Paraná, dos oito milhões de hectares originais de Mata Atlântica, atualmente apenas 10% da Mata permanece preservada. A cultura da soja contribui também de maneira indireta com o desmatamento, ao pressionar terras de pastagens em direção ao Norte, na região do Chaco. Além de afetar a biodiversidade e a capacidade de oferta de serviços ambientais, o desmatamento contribui para a erosão e a sedimentação de rios, altera significativamente o microclima e contribui com o aquecimento global. De acordo com o inventário de 2000, 98% das emissões de CO₂ estão relacionadas às alterações no uso da terra¹³.

Apesar de, em grande medida, ser responsável pelo bom momento vivenciado pela economia paraguaia, a expansão da soja deixou importantes marcas para o país. Em um contexto político da década de 1970 e 1980, em que as liberdades fundamentais foram cerceadas, impactos sociais e ambientais não eram considerados como externalidades, nem mesmo sendo considerados no cálculo. Se, por um lado, o capital estrangeiro alavancou a atividade produtiva no campo, viabilizou a indústria e o setor de serviços, por outro, aprofundou um modelo indutor de desigualdades.

A reforma do modelo

O recente crescimento econômico não será suficiente para transformar o Paraguai em uma sociedade mais justa e que garanta bem-estar à sua população. Os novos investimentos certamente virão, atraídos pela competitividade dos fatores de produção na indústria e no campo. Pelo nível de inserção no comércio internacional e de integração no Cone Sul, esse capital terá garantido o nível de retorno esperado. O que essa riqueza não garante é a geração de renda e, principalmente, o acesso a direitos e liberdades, condições para o desenvolvimento.

O modelo de estrutura social excludente, baseado na concentração de patrimônio é, portanto, importante barreira para o desenvolvimento paraguaio. A concentração fundiária e a relação direta entre a posse de terras e o controle econômico e político são origens dos conflitos do campo e das anomalias sociais também nas cidades, comprometendo o bem-estar da sociedade.

Para pensar além, rompendo com o modelo de exclusão, é necessário que o Estado paraguaio adote uma nova postura. Será necessária a coragem e o dinamismo que o presidente Cartes tem levado ao campo econômico e comercial para promover reformas estruturais que façam com que o Paraguai aproveite o momento e coloque o país no caminho do desenvolvimento para todos.

Ao desconsiderar os impactos sociais e ambientais em seu modelo de inserção, os investimentos estrangeiros da monocultura agrícola abriram as cicatrizes de uma sociedade

O que essa riqueza [do Paraguai] não garante é a geração de renda e, principalmente, o acesso a direitos e liberdades, condições para o desenvolvimento.

marcada por suas desigualdades. Assim, é de se esperar que o atual florescer paraguaio no campo e na indústria evite os erros do passado, considerando suas externalidades.

A experiência da soja *brasiguiaia* traz reflexões também sobre a viabilidade de um modelo de cultura de larga escala para exportações em países de menor desenvolvimento. O atual movimento de utilização das savanas moçambicanas muito se assemelha ao ocorrido no Paraguai. Mais uma vez, produtores brasileiros se colocam à frente para a atraente empreitada. Certamente, as condições e os cuidados para que os investimentos sejam transformadores, em prol do desenvolvimento, serão também válidos nessa nova fronteira.

-
- ❶ Ver: <<http://bit.ly/1ofG0DE>>.
 - ❷ MRE. Relatório Paraguai – Comércio Exterior. Publicado em Fevereiro 2014. Divisão de Inteligência Comercial do Ministério de Relações Exteriores. Brasil. Disponível em: <<http://bit.ly/1oxiwLN>>.
 - ❸ *Estado de São Paulo*. Cenário para região é de incertezas à frente. Economia, B8. 04/05/2014.
 - ❹ *Época*. Robson Andrade: O Paraguai é uma oportunidade. 01/04/2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1ofGf1G>>.
 - ❺ International Finance Corporation, 2014. Doing Business Index. Disponível em: <<http://bit.ly/1lYtE4S>>.
 - ❻ *MRE*, 2014. Idem.
 - ❼ *MRE*, 2014. Idem.
 - ❽ *Época*, 2014. Idem.
 - ❾ Censo Agropecuário, 2008. Ministerio da Agricultura y Ganadería. Disponível em: <<http://bit.ly/1xpeg4Y>>.
 - ❿ BASE. ONG Repórter Brasil. Os impactos socioambientais da soja no Paraguai – 2010. Agosto de 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/1j2wdUn>>.
 - ⓫ BASE, 2010. Idem.
 - ⓬ Censo Agropecuário, 2008. Idem.
 - ⓭ Ver: <<http://bit.ly/1qtteVu>>.



Luiz Eduardo Rielli
Administrador e internacionalista. É mestre em Economia Ecológica pela Universidade de Edimburgo (Reino Unido).

Informações úteis

Consulado da Dinamarca contrata estagiário para área de inovação

O Consulado Geral da Dinamarca em São Paulo está com inscrições abertas para a seleção de um estagiário para a Área de Ciência, Inovação e Educação Superior. O candidato selecionado atuará no Centro de Inovação Dinamarca em São Paulo (ICDK, sigla em inglês), que, em parceria com o Consulado e o Conselho de Comércio da Dinamarca, busca promover a parceria entre instituições acadêmicas, governamentais e privadas da Dinamarca e do Brasil em pesquisa, inovação e tecnologia. Os candidatos devem estar cursando o 3º ou 4º ano de Engenharia (preferencialmente, em Tecnologia da Informação ou Produção), Relações Internacionais, Economia ou Administração; e ter inglês fluente (falado e escrito). As atividades do estágio terão início em agosto, a dedicação semanal é de 30 horas e a bolsa-auxílio é de R\$ 1.500, mais vale-refeição. Os interessados devem enviar, até 20 de julho, currículo e carta de motivação em inglês para o e-mail <marbom@um.dk>. Para mais informações, clique [aqui](#) ou escreva para <marbom@um.dk>.

Fundação da BASF contrata gerente de educação em sustentabilidade

A Fundação Espaço Eco (FEE), da empresa BASF, está com processo de seleção aberto para a contratação de gerente de educação em sustentabilidade. Ao candidato selecionado, caberá assegurar o desenvolvimento de programas e atividades de educação na América Latina, por meio de parcerias públicas e/ou privadas e gestão de equipe, com vistas a disseminar conhecimentos na área de sustentabilidade aplicada (análise de ciclo de vida, ecoeficiência e socioeficiência) e educação socioambiental para os públicos de interesse das empresas, ao longo da cadeia de valor. Serão priorizados candidatos que apresentarem, entre outras características: superior completo, preferencialmente com mestrado ou doutorado; ampla experiência em desenvolvimento e implementação de programas educativos; comprovada experiência prática em sustentabilidade; e conhecimento sobre organizações do terceiro setor (entidades da sociedade civil); inglês fluente e espanhol intermediário. O candidato selecionado trabalhará em São Bernardo do Campo (SP). Mais detalhes sobre a vaga podem ser encontrados [aqui](#).

Secretário-geral da ONU realiza cúpula sobre clima

Como parte do esforço global em mobilizar ações em matéria de mudanças climáticas, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, será o anfitrião da Cúpula do Clima, evento que reunirá chefes de Estado e governo e lideranças do setor empresarial, da sociedade civil e governos locais. A Cúpula será realizada na sede da ONU em Nova York, em setembro. Para mais informações, clique [aqui](#).

Inmetro contrata analista de barreiras técnicas

A Divisão de Superação de Barreiras Técnicas ao Comércio do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) está com seleção aberta para analista na área de barreiras técnicas. O trabalho está vinculado a atividades relativas aos compromissos do Brasil perante o Acordo sobre Barreiras Técnicas da Organização Mundial do Comércio (OMC), à execução de serviços de apoio a exportadores brasileiros e à realização de estudos e pesquisas na área. Os candidatos devem ter formação em Relações Internacionais, Economia, Direito ou Comércio Exterior e, preferencialmente, experiência profissional em relações internacionais ou comércio internacional. A faixa salarial é de R\$ 4.000 (mais benefícios legais), e a carga horária é de 40 horas. O Inmetro está localizado à R. Santa Alexandrina, 416, bairro Rio Comprido-RJ. Para mais informações, telefone para: 21-2563-2800.

ESALQ promove workshop sobre cadeia sucroenergética

Com o objetivo de divulgar novas tecnologias disponíveis para o setor sucroenergético, o Serviço de Cultura e Extensão Universitária da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) realizará, de 22 a 24 de julho, o Workshop Internacional de Cadeia Sucroenergética. A oficina tem como público-alvo estudantes, pesquisadores e profissionais que atuam no setor sucroenergético. As inscrições podem ser feitas até a data do evento pelos e-mails: <hugotbioenergia@yahoo.com.br> ou <workshopcadeiasucroenergetica@yahoo.com.br>. As vagas são limitadas a 150 participantes. O evento ocorrerá no Anfiteatro da Engenharia da ESALQ/USP, à Av. Pádua Dias, 11, Piracicaba (SP). Para mais informações, clique [aqui](#).

UFSC realiza evento sobre blocos econômicos e potências emergentes

O Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo (GPEPSM) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) está organizando o VIII Congresso Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo, que será realizado em 20 e 21 de outubro, em Florianópolis (SC). Em 2014, o evento será organizado em torno do tema "Blocos econômicos, potências emergentes e acordos comerciais na perspectiva dos sistemas-mundo". Os organizadores ressaltam que também são bem-vindos trabalhos que critiquem a perspectiva dos sistemas-mundo. Os interessados devem enviar, até 10 de agosto, os trabalhos completos (em formato Word ou PDF, com 25 páginas no máximo) para o e-mail <gpepsm@contato.ufsc.br>.

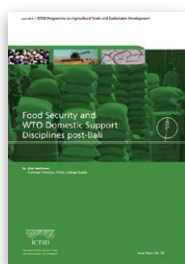
Publicações



Estocagem pública para fins de segurança alimentar: cenários e opções para uma solução permanente

ICTSD – junho 2014

Na Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Bali (Indonésia), em dezembro de 2013, os governos decidiram blindar os programas públicos de estocagem de contestações até que seja elaborada uma solução "permanente". Este estudo de Raul Montemayor avalia, à luz das regras da OMC, de que forma vários cenários podem afetar essa política de apoio doméstico. As simulações feitas pelo autor sugerem que uma rígida aplicação das regras atuais da OMC pode levar a maioria dos países em desenvolvimento examinados no estudo a extrapolar os limites máximos permitidos atualmente. O estudo argumenta, ainda, que mais *commodities*, em um número maior de países, poderiam se adequar aos limites existentes se esse apoio fosse avaliado e calculado de outra forma. Acesse o artigo [aqui](#).



Segurança alimentar e as regras sobre apoio doméstico da OMC no contexto pós-Bali

ICTSD – junho 2014

Em finais de 2013, os ministros de Comércio dos países que compõem a Organização Mundial do Comércio (OMC) concordaram com um pacote provisório em matéria de estocagem de alimentos. Mas os participantes da Conferência Ministerial também se comprometeram a iniciar negociações com vistas a uma "solução permanente" posteriormente à Conferência de Bali. Este estudo, assinado por Alan Matthews, tem como objetivo auxiliar os negociadores e os formuladores de políticas nesse sentido. Para tal, o autor apresenta o pano de fundo das tratativas sobre apoio doméstico, analisa o acordo provisório elaborado em Bali e avalia as opções que os membros podem considerar quando decidirem pela melhor forma de elaborar uma solução permanente para a questão da segurança alimentar. Acesse o artigo [aqui](#).



Restrições às exportações agrícolas, segurança alimentar e a OMC

ICTSD – junho 2014

Medidas de restrição às exportações podem acentuar os efeitos negativos da insegurança alimentar em situações de uma inesperada e rápida alta no preço dos alimentos básicos. Este artigo examina seis possíveis opções para um acordo sobre restrições à exportação no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), com vistas a garantir que restrições à venda de bens agrícolas não agravem os efeitos de um choque nos preços sobre consumidores vulneráveis em países caracterizados pela baixa renda e déficit de alimentos. O objetivo deste artigo é contribuir para o debate em curso sobre a introdução de regras multilaterais mais efetivas para proteger os consumidores pobres do mundo em situações de elevação aguda nos preços. Acesse o artigo [aqui](#).



A nova proposta da Comissão Europeia sobre novos alimentos

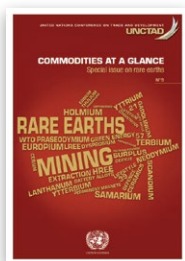
UNCTAD – junho 2014

A Comissão Europeia publicou, em dezembro de 2013, uma nova proposta para modificar sua regulação em matéria de novos alimentos, a qual data de 1997. Esta é a segunda proposta de reforma elaborada pela Comissão e visa a tratar de questões como biotecnologia e clonagem. O documento busca responder às preocupações com relação a barreiras enfrentadas pelos exportadores de alimentos tradicionais de países em desenvolvimento. Nesse sentido, o novo texto propõe um procedimento simplificado e mais rápido para a autorização do comércio de alimentos tradicionais de terceiros países. Diante desse contexto, este estudo faz uma avaliação preliminar do processo sugerido pelos europeus, bem como de suas implicações. Acesse o artigo [aqui](#).



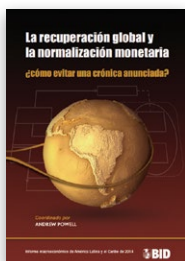
A Lei Agrícola de 2014: a política agrícola dos EUA no contexto do Acordo de Marrakesh (1994) e a Rodada Doha **ICTSD – junho 2014**

A Lei Agrícola dos Estados Unidos de 2014 elimina vários programas de subsídio agrícola e os substitui por novas iniciativas nessa matéria, com implicações para a produção agrícola e comercial do país e de outras partes do mundo. Este estudo analisa os programas de apoio doméstico da nova Lei Agrícola (*Farm Bill*) à luz das regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e das negociações em andamento na Rodada Doha. O autor sustenta que os novos programas não devem impedir os Estados Unidos de cumprirem com seus compromissos perante a OMC. Todavia, tais políticas podem tornar mais difícil que o governo estadunidense concorde com futuras reduções nos limites dos programas de apoio doméstico no setor agrícola em um novo acordo multilateral. Acesse o artigo [aqui](#).



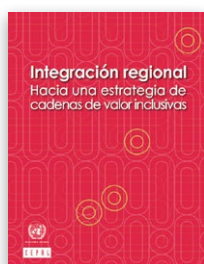
Um olhar sobre as commodities: edição especial sobre terras raras **UNCTAD – maio 2014**

O interesse global pelas terras raras surgiu recentemente na mídia e na agenda internacional, em grande medida como resultado da explosão no preço desses elementos, observada entre o final de 2010 e o primeiro semestre de 2011. Este estudo especial sobre terras raras trata da importância de um monitoramento mais atento desse mercado, dada a crescente importância dessas matérias-primas para a fabricação de aparelhos de alta tecnologia, suas aplicações militares e em tecnologias de energia verde. Nesse sentido, será necessário intensificar a cooperação internacional voltada a garantir que dados e informações sobre reservas e o comércio de terras raras sejam consistentes e confiáveis. Isso contribuiria para fortalecer a transparência do mercado e encorajaria uma abordagem mais sustentável para o processo de exploração dessas matérias-primas. Acesse o artigo [aqui](#).



A recuperação global e a normalização monetária **BID – março 2014**

A aceleração do crescimento global verificada hoje pode ser mais intensa do que se previa inicialmente, em especial nos Estados Unidos. Por isso, existe um consenso de que a normalização da política monetária nos países desenvolvidos pode ser uma crônica anunciada e, se isso realmente ocorrer como muitos antecipam, existem fortes motivos para pensar que a América Latina e o Caribe poderão se beneficiar com o ritmo mais forte da recuperação mundial. Porém, o forte impacto sobre o preço dos ativos financeiros e os fluxos de investimentos provocados pelos anúncios de mudança na política monetária do Fed (banco central dos Estados Unidos) em 2013 servem de alerta aos países da região quanto às incertezas envolvidas nesse quadro. Este estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) considera possíveis cenários favoráveis e alerta para a existência de riscos que podem ter consequências duradouras sobre o crescimento da região. Acesse o artigo [aqui](#).



Integração regional: rumo a uma estratégia de cadeias de valor inclusivas **CEPAL – maio 2014**

A integração regional é um processo multidimensional, cujas expressões incluem iniciativas de coordenação, cooperação, convergência e integração profunda; e cujo alcance envolve não apenas temáticas econômicas e comerciais, mas também políticas sociais, culturais e ambientais. Este estudo dedica-se à dimensão produtiva da integração e como ela pode contribuir para a estratégia de reforma estrutural para a igualdade, que a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) propõe para a região desde 2010. O texto apresenta um debate atualizado sobre o papel da integração na América Latina e no Caribe à luz das significativas transformações em curso na economia mundial. A esse respeito, o estudo destaca o acelerado ritmo de inovação tecnológica, o crescente peso econômico da Ásia sobre as economias emergentes, o surgimento de cadeias mundiais de valor e a tendência de formação de macrorregiões integradas. Acesse o artigo [aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol
www.ictsd.org/news/puentes

BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/biores

BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges

桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em chinês
www.ictsd.org/news/qiao

МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo
www.ictsd.org/news/bridgesrussian

BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na África - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges-africa

PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês
www.ictsd.org/news/passerelles



International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9
1219 Geneva, Switzerland
+41-22-917-8492
www.ictsd.org

A produção de PONTES tem sido possível
graças ao apoio generoso de:

**DFID - Departamento do Reino Unido para
o Desenvolvimento Internacional**

**SIDA - Agência Sueca de Desenvolvimento
Internacional**

**DGIS - Ministério de Relações Exteriores
da Holanda**

**Ministério de Relações Exteriores da
Dinamarca**

**Ministério de Relações Exteriores da
Finlândia**

**Ministério de Relações Exteriores da
Noruega**

O PONTES também beneficia de
contribuições de especialistas na área
de comércio e desenvolvimento sustentável
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade
ou de patrocínio que contribuam para a
redução de seus custos de publicação e que
ampliem o acesso aos seus leitores.
A aceitação de tais propostas fica a critério
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos
publicados no PONTES são exclusivamente
dos autores e não refletem necessariamente
as opiniões do ICTSD.



Esta publicação é licenciada pelo Creative
Commons Attribution-NonCommercial-
NoDerivative Works 3.0 [License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/).

Preço: €10.00
ISSN 1996-919

